

Sarney decretará algumas das medidas de estabilização

sexta-feira, 11/8/89 □ 1º caderno □ 13*

*Soraya de Alencar e
Rosângela Bittar*

BRASÍLIA — O governo não acredita que propostas de estabilização da economia dependentes de aprovação pelo Congresso Nacional gere resultados ainda na gestão do presidente José Sarney e por isso pensa em impor através de decretos as medidas mais imediatas, como a intensificação da cobrança débitos fiscais vencidos. A explicação de assessores governamentais é de que, em ano eleitoral, os parlamentares estarão em campanha, o que prejudicaria a aprovação das medidas.

Dentro do próprio Palácio do Planalto, no entanto, o Plano de emergência sugerido pelo Congresso e acrescido de sugestões da área econômica do governo não tem muita credibilidade porque os resultados imediatos seriam irrisórios. A venda das mansões dos ministros, por exemplo, está sendo definida como "pura pirotecnia". Isso porque a receita gerada equivaleria, segundo comparação feita por um ministro, a uma hora de salário de um ministério, o que quer dizer que em termos de economia ela seria praticamente nula. Em termos políticos, entretanto, a venda dos imóveis gera muitos dividendos por dar a impressão de que o governo está fazendo alguma coisa.

Hiperinflação — A longo prazo, ou seja no próximo governo, o pacote poderá gerar frutos. Mas para isso, admite uma fonte da área econômica, ele tem que ser aprovado pelos parlamentares. A dúvida em relação à aprovação é porque todas as medidas que constam do plano do Congresso e até mesmo as propostas pelo governo, já foram apreciadas antes e rejeitadas. Exemplos são a privatização de estatais, a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas e ainda a redução ou suspensão dos incentivos fiscais. De acordo com o estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, o corte dos incentivos deverá ser de 50% mas ninguém acredita que em período de campanha um parlamentar vote, por exemplo, a suspensão ou extinção do vale-transporte.